

porã duba ESPECIAL



Samuel S. Chaves

Assembléia Geral Universitária: a comunidade ouve as propostas.

Num trabalho conjunto da equipe Porã'duba com a Comissão Universitária, publicamos esta edição especial com as três propostas para a saída da crise estrutural da PUC. Uma delas, porém, — "Em defesa da Fundação Mista" — foi retirada por seu defensor, professor Ruy do Espírito Santo. (leia matéria ao lado) Assim, irão a plebiscito nos dias 9, 10 e 11 deste mês apenas duas propostas. Leia nesta edição a redação final de cada uma delas, bem como o documento "Em defesa da Estadualização da PUCSP", elaborado pelo grupo da Estadualização, e as resoluções da última Assembléia Geral Universitária, realizada no último dia 4. Esta foi a forma que encontramos de reunir todas as propostas e de informar a Comunidade, da maneira mais clara e ágil possível, para que sua escolha seja consciente e democrática.

Só duas propostas

Em Assembléia Geral Universitária, realizada quinta-feira passada, o professor Ruy César do Espírito Santo retirou sua proposta "em defesa da Fundação Mista" em favor daquela defendida pela Reitoria, "Caminhos da Publicização", por entender que ambas possuíam princípios comuns. Na Assembléia, realizada na quadra do Campus da Monte Alegre, o Vice Reitor Administrativo, Alípio Casali, reconheceu as semelhanças e informou que a proposta defendida pela Reitoria passará a chamar-se "Publicização: Fundação Mista".

Alípio acentuou que a proposta retirada faz parte do plano de publicização sugerido pela Reitoria, como uma fase transitória.

Desta forma, nas votações dos dias 9, 10 e 11 de junho, haverá apenas duas propostas para a solução da crise estrutural da PUC: a de "Publicização; Fundação Mista" e "Ensino Público e Gratuito Já".

A Assembléia aprovou o esquema de votação, que será realizado por segmento (alunos, professores e funcionários), sendo necessário um quórum mínimo de 50% dos votos mais um. A votação será paritária, de acordo com o número de votantes em cada segmento. Os alunos votarão no Centro a que sua faculdade pertence e professores e funcionários terão, cada qual, uma urna em cada Campus.

Uma nova Assembléia Geral Universitária está marcada para o dia 17 de junho.

Documento em Defesa da Estadualização da PUC/SP

Coordenação da Campanha pelo Ensino Público e Gratuito

INTRODUÇÃO

Este documento tem por objetivo reafirmar todos os princípios e análises de outros documentos já elaborados e expressar as reflexões do grupo que defende o Ensino Público e Gratuito como saída para a crise da PUC/SP e destina-se à avaliação da comunidade, para sua aprovação na votação dos dias 9, 10 e 11 de junho de 1987. Representa, ao mesmo tempo, uma posição que historicamente vem se colocando em defesa intransigente do fortalecimento e ampliação da rede pública e gratuita no Brasil.

Os argumentos que estão colocados no seu corpo, baseiam-se em estudos do desenvolvimento do processo educacional, especialmente o do 3º grau, em nosso país e pretende demonstrar como, sob a conjuntura atual, a rede privada, pretendendo permanecer como necessária, busca se adaptar às exigências que

este momento coloca e, para isto, levanta toda sorte de argumentos para exigir o seu espaço e a sua manutenção.

Nós que, como a maioria da população brasileira, vemos no Ensino Público e Gratuito a democratização da produção e transmissão do conhecimento, não poderíamos deixar de nos levantar e, nesta realidade concreta que vivemos, de crise da Universidade, mostrar coerência e somar forças na exigência da transformação da PUC/SP numa instituição de ensino pública e gratuita.

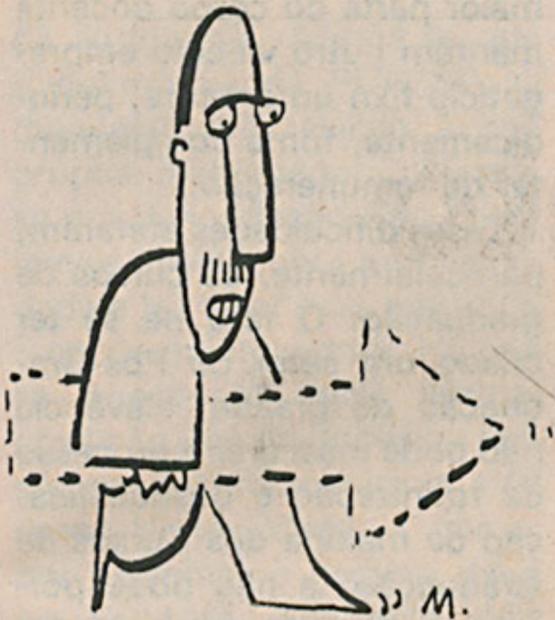
O documento é composto de três itens. No primeiro item, apresentamos uma análise, tanto da crise da PUC/SP, como de propostas para sua superação. No item dois, estão expostos os pontos de defesa da Estadualização da PUC/SP e indicações de sua viabilização. Como último ponto, fazemos referência a alguns termos que entendemos preliminares para as negociações com vistas à Esta-

dualização da PUC/SP.

1. ANÁLISE DA CRISE DA PUC/SP E DAS PROPOSTAS PARA SUA SAÍDA.

A crise da PUC/SP alimentou, ao longo de anos, interpretações incorretas sobre os problemas enfrentados e as saídas que a eles se apresentavam. A fermentação dessas interpretações contribuiu e continua contribuindo de modo significativo para a configuração da crise. Hoje, tendo atingido seu ponto mais radical, ela explicita o caráter dessas interpretações e oferece as condições para superação.

Já temos clareza que vivemos na PUC/SP uma crise estrutural. Estrutural porque têm alcance histórico os muitos e sucessivos impasses pelos quais vem passando essa Instituição, não foram e não são impasses momentâneos, circunstanciais, que deixaram intocadas as condições de sua existência, como não deixaram incólumes as possibilidades de ela se firmar no univer-



so das instituições de ensino superior. Estrutural, também, porque afeta globalmente a Universidade; não é uma crise que tem raízes em uma ou outra das suas instâncias, numa ou noutra das atividades que nela se desenvolve; não é uma crise ou financeira ou administrativa ou acadêmica. Não é nem mesmo uma crise de legitimidade dos que gerenciam a Universidade.

É uma crise orgânica e como tal se expressa, de diferentes modos, nas várias instâncias, nas várias atividades, nos vários âmbitos, mas é uma crise na qual a totalidade da PUC/SP está comprometida. Neste momento, já nos parece indiscutível que era apenas aparente o caráter localizado e isolado de cada manifestação da crise, seja do ponto de vista interno à Universidade seja do ponto de vista das suas relações político-sociais e educacionais mais amplas. Apesar de termos atingido esse ponto de compreensão, o que nos dá clareza e segurança para a postulação de uma saída estrutural e a mais correta para a PUC/SP, ainda sobrevivem e são alimentadas as interpretações que, por razões políticas (ou por desconhecimento), insistem nas explicações de conjuntura, nas análises teóricas, lutam pelas terapêuticas localizadas e anseiam pela manutenção do status quo.

Destaquemos, dentre essas interpretações, aquelas mais correntes e que têm expressão organizada para a defesa de

supostas saídas para a crise. 1.º) dentre os que interpretam a crise da PUC/SP como sendo de conjuntura, há os que trabalham com a avaliação que essa crise se deve ao fato de que, tendo criado um espaço de democratização e de autonomia ímpar no seio das instituições de 3.º grau — a PUC/SP, pelo seu "projeto" e pelas suas práticas, granjeou para si as antipatias dos setores governamentais. Pela sua independência política e autonomia acadêmica, os governos da ditadura cobraram da PUC/SP um alto preço, imposto através da redução drástica dos subsídios públicos bem como através de invasões e de outros atos de coersão ostensiva. Segundo os que elaboram essa interpretação como chave explicativa dos impasses vividos por essa Universidade, a PUC/SP acabou tendo que se isolar das outras instituições, porque se negou a fazer concessões.

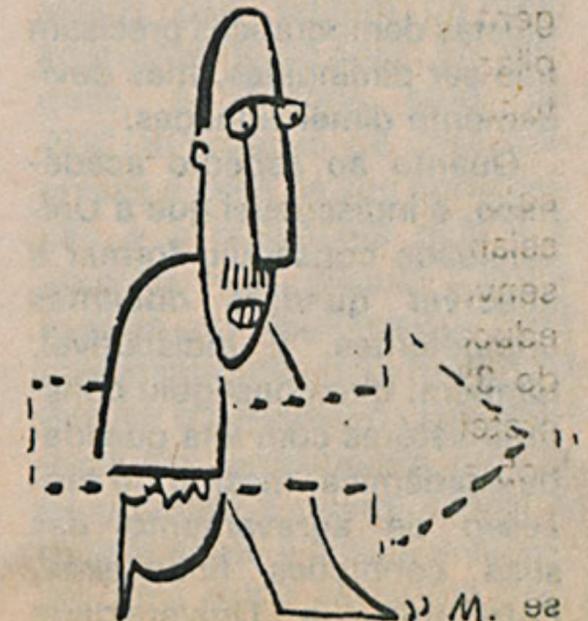
De um lado, isolou-se das públicas, porque, supostamente, se fizeram palco dos demandas do Estado Ditatorial, por isso mesmo, convertidas no braço ideológico desse Estado. De outro lado, a PUC/SP jamais se irmanou com as particulares, filhas legítimas desse Estado, produtos de sua política de privatização e lucratividade.

Punida pelo Estado e isolada das outras instituições, a PUC/SP acabou por ver suas condições financeiras depauperadas e seu "projeto" ameaçado. Para os que assim a interpretam, a saída para a Universidade deve ser aquela que, por contradição, mantenha a mesma condição que a empurrou para a crise, ou seja, o hibridismo. Assim, a Universidade deve se manter "pública entre as privadas" porque tem um projeto acadêmico, porque não visa lucros apesar de ser paga; ao mesmo tempo que se mantém "privada entre as públicas", porque não aceita as ingerências estatais nos seus

rumos e na sua dinâmica. Para esses, a reordenação jurídica da PUC/SP interessa, conquanto mantenha o status quo acrescido do comprometimento do Estado de fornecer, permanentemente, verbas para a Instituição.

2.º) Ainda, dentre os que pensam a crise da PUC/SP como conjuntural, há os que privilegiam na análise não os determinantes externos (como fazem os mencionados anteriormente), mas sim os determinantes internos. Entre esses, há duas vertentes. Há os que entendem que, mesmo admitidas as injunções externas, a PUC/SP entrou em processo de crise porque não soube acionar uma política administrativo-financeira capaz de solidificá-la e protegê-la frente aos embates políticos. Segundo esses, a PUC/SP tem que se tornar viável; para tanto, ela precisa subordinar-se a um modelo de gestão competente do ponto de vista administrativo e financeiro.

A saída, portanto, para os que assim pensam está na entrega da Universidade aos que sabem administrá-la, porque sabem como: racionalizar os seus gastos; cortar o supérfluo; implementar o rentável e sabem como converter a PUC/SP em campo atrativo para a aplicação de recursos tanto empresariais como governamentais. A outra vertente, também, aposta na viabilização da PUC/SP, com os devidos ajustes internos, dada a reserva de competência aca-



dêmica nela existente. Esses entendem que a Universidade deva ser organizada a partir dos parâmetros que os setores mais competentes do ensino e da pesquisa têm a oferecer para o conjunto da Instituição.

Não aceitam que a racionalização, os "cortes", sejam feitos por critérios de rentabilidade, mas que sejam feitos com vistas ao equilíbrio organizacional da PUC/SP a partir de critérios de competência acadêmica. Assim organizada, a PUC/SP se tornaria atrativa aos organismos científicos que passariam a ter maior e mais sistemática expectativa de produtividade da Instituição.

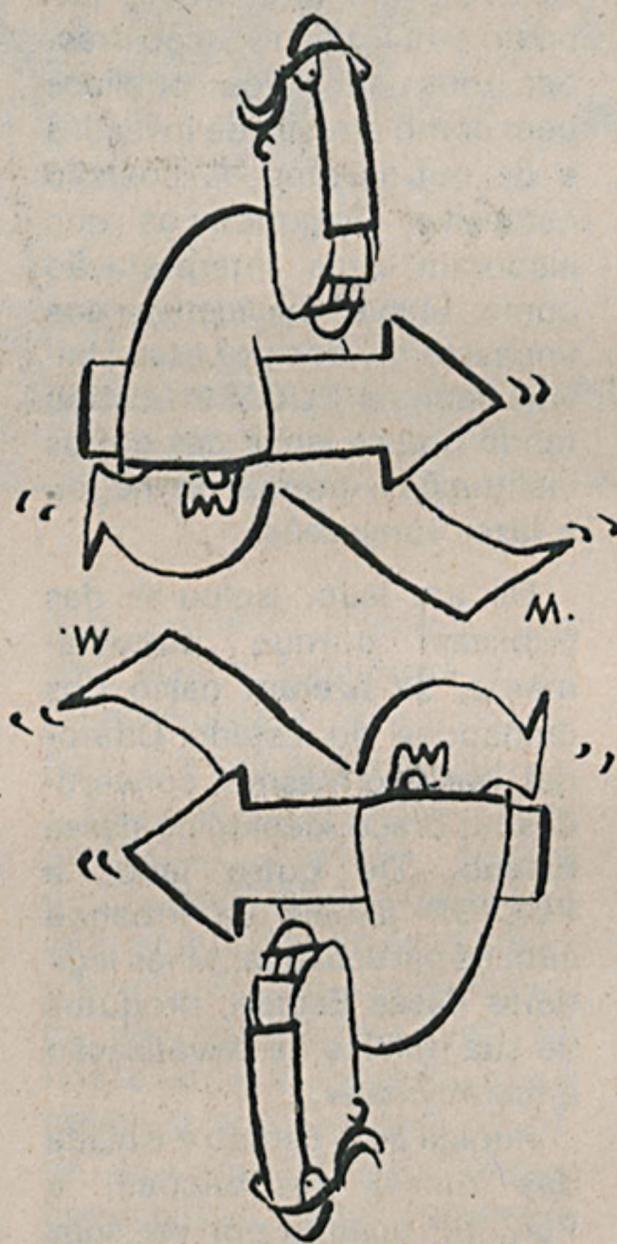
3º) Os defensores da primeira linha e os dois grupos representativos da segunda, não divergem na essência; pelo menos a prática tem revelado como secundárias as suas diferenças. Irmanam-se na defesa da manutenção do caráter privado e pago da Instituição bem como na defesa dos subsídios públicos. E no empenho de evitar reordenações estruturais, criam campos consensuais onde os critérios administrativo-financeiros, de uns, e acadêmicos, de outros, podem justificar a dispensa de qualquer reordenação jurídica.

Com vistas a complementar a análise da crise da PUC/SP, há que se dispor, ainda, alguns elementos que explicam o seu conteúdo e sustentam a proposta de uma saída estrutural para a Universidade. A história recente da PUC/SP revela que as suas qualidades acadêmicas e decantadas conquistas democráticas precisam não ser diminuídas, mas devidamente dimensionadas.

Quanto ao aspecto acadêmico, é indiscutível que a Universidade conseguiu formar e absorver quadros docentes competentes. É indiscutível, também, que conseguiu constituir setores com alta qualidade acadêmica, mesmo no processo de agravamento das suas condições financeiras. Entretanto, a Universidade

não pode ser dimensionada apenas por alguns dos seus quadros e alguns dos seus setores.

Há que se considerar o fato de que mesmo mantendo um setor de Pós-Graduação, mesmo realizando concurso anuais para ascensão na carreira, em torno de 60% dos professores são auxiliares de ensino. Mas esse dado não pode ser absolutizado e convertido num critério burocrático para avaliação acadêmica. Muito mais significativo é o que subjaz a ele: a Universida-



de não dispõe condições e nem regras efetivas para o aperfeiçoamento do corpo docente.

O número de aulas exigidas para efetivação de contratos de tempo integral, a ausência daquelas condições mínimas que permitem o desenvolvimento de pesquisas permanentes e relevantes, a instabilidade empregatícia e salarial são apenas alguns dos sinais fundamentais que permitem o dimensionamento correto da vida acadêmica nessa Universidade. Não é casual que a

maior parte do corpo docente mantém outro vínculo empregatício fixo ou procure, periodicamente, fonte complementar de remuneração.

Essas dificuldades afetaram, particularmente, os cursos de graduação. O fato de se ter criado um setor de Pós-Graduação de grande relevância não pode mascarar o processo de rotinização e desqualificação da maioria dos Cursos de Graduação; e não pode porque, independentemente das avaliações e das vontades pessoais, a Graduação representa para o ensino superior em geral e para a PUC/SP em particular o pólo central da Universidade já que para ele devem convergir as demais atividades que nela se desenvolvem.

Os custos, por si mesmo, desse quadro acadêmico para o corpo docente foram enormes do ponto de vista intelectual, profissional e financeiro. Como foram enormes para os alunos, que tendo que arcar com as mensalidades cada vez mais altas, passaram a manifestar de diferentes formas sua profunda insatisfação: pela evasão, pela presença alternada em sala de aula, pelas reclamações cada vez mais gritantes quanto a incompatibilidade entre os preços pagos e a qualidades do ensino oferecido.

Contraditoriamente, quanto mais se falou em "projeto" da PUC/SP mais a Universidade se corroe em litígios internos; quanto mais se falou em prestação de serviços socialmente relevantes mais as condições de ensino e de pesquisa se deterioraram; quanto mais se falou em "democratização" da Universidade, mais formais se tornaram as suas expressões, já que feitas às custas de precárias condições de trabalho para docentes e funcionários e dos altos custos pagos pelos alunos.

Assim como deve ser devidamente dimensionada a configuração acadêmica da PUC/SP, deve ser devidamente equacionada a sua decanta-

da autonomia. Afirma-se que a autonomia da PUC/SP se manifesta em relação à sua própria mantenedora; afirma-se que a Fundação São Paulo jamais pesou sobre a Universidade e fez valer suas prerrogativas de mantenedora. Há que se questionar essas afirmações não por situações ou episódios que marcaram a vida dessa Universidade — como, por exemplo, o destino dado ao Estatuto elaborado pela Constituinte em 1981 —, há que se questioná-las através do trato cotidiano dado pela Fundação à Universidade, ou seja: ela fez a PUC/SP oscilar ao sabor das suas oscilantes relações com o Estado; revelou-se irresponsável com todos os segmentos da PUC/SP ao forçar o caminho dos empréstimos sucessivos, a ponto de levar o seu patrimônio à hipoteca.

Só o espírito corporativista que se abateu sobre os quadros da Universidade pode, ainda, alimentar o suposto da autonomia da PUC/SP com relação à sua mantenedora, já que foi esse mesmo espírito que forçou, internamente, o trato das questões trabalhistas e salariais como questões meramente sindicais, esvaziando-as do seu caráter político e acadêmico. Espírito corporativista que aceitou e difundiu, no âmbito universitário, o princípio de que o Estado tem obrigação de depositar somas significativas de verbas públicas nessa Universidade que é particular ou de que são aceitáveis os empréstimos bancários, conquanto paguem os nossos salários e atendam nossas reivindicações trabalhistas.

Assim, intermediados pela mantenedora, nossas relações com o Estado e com os agentes financeiros se tornaram relações de dependência. Supondo que estávamos construindo a autonomia política e acadêmica, fomos empurrados a relações comerciais que nos fizeram dependentes dos



humores externos e dos acordos políticos implícitos.

Hoje, ganhamos suficiente clareza sobre os rumos da PUC/SP a ponto de não mais nos dispormos, enquanto profissionais, a alardear o caráter público das atividades que desenvolvemos, já que isso tem servido apenas e tão somente para mascarar o caráter privado da Instituição na qual trabalhamos e para fermentar o percurso único e efetivo que ela pode trilhar mantendo-se privada: a da identidade plena com as empresas de ensino, movidas pela lógica da mercantilização.

Contraditoriamente, nós que sempre lutamos pela construção da Universidade, que expressamos no seu interior as forças efetivamente democráticas, nós que sempre lutamos pela conversão plena dessa Universidade em pública, estamos hoje espremidos entre os que alardeiam à nossas custas as potencialidades públicas de uma instituição

privada e os que movidos pelos anseios de viabilização financeira da PUC/SP não teriam pejo em fazer incidir os "cortes" sobre nós que abominamos a lógica da privatização.

Por fim, compreendida a crise da PUC/SP nesse quadro amplo em que ela se insere e se expressa, não há como desfocar a sua análise para uma ou outra de suas faces; assim como não cabe desfocá-la na direção que leve a responsabilizar a atual gestão da Universidade pela origem ou pelo agravamento da crise. Em verdade, a Reitoria atual da PUC/SP nasceu da crise, expressa a crise na sua composição e a realimenta pela sua atuação. Hoje, discutir a legitimidade ou ilegitimidade dos que respondem pela Reitoria é desviar o percurso da Universidade do fundamental para o secundário; é querer cessar o debate sobre a crise e inviabilizar uma saída estrutural para ela.

porã' duba

As análises acima desenvolvidas embasam a proposta de uma saída estrutural para a PUC/SP; mais do que isso evidenciam a impossibilidade de uma reordenação global da Universidade pela manutenção do tradicional hibridismo ou pelo acirramento das medidas que empurram essa Instituição para o "privatismo" descarado.

A proposta que aqui se apresenta indica não só a melhor saída para a PUC/SP; ela é também e fundamentalmente a mais correta direção política e social para o ensino em todos os seus graus. Daí a defesa da absorção plena da PUC/SP à rede pública e gratuita, mantida pelo Estado, se faz a partir da adesão aos princípios a seguir indicados: (1) o ensino público e gratuito deve ser ampliado irrestritamente em todos os graus; (2) o Estado tem obrigação de oferecer ensino público e gratuito a todos e de boa qualidade; (3) a oferta de ensino público e gratuito a todos e de boa qualidade obriga a destinação plena de verbas pública à rede pública.

Esses princípios norteiam a defesa da conversão da PUC/SP em uma Universidade pública e gratuita; isso quer dizer que rechaçamos qualquer mecanismo de aplicação de recursos públicos nessa Instituição enquanto ela permanecer privada, que se faça em nome de tirá-la da crise ou de viabilizá-la financeiramente.

te. Quer dizer, ainda, que lutamos junto com as forças sociais e políticas mais democráticas da nossa sociedade que nas Universidade públicas, no Parlamento, na rede pública de 1.º e 2.º graus, em esferas governamentais, em organismos da chamada "sociedade civil", para a efetiva realização do preceito de universalização e de elevação qualitativa da educação pública e gratuita.

Enquanto profissionais e enquanto cidadãos, não só temos o direito como a obrigação de defender esse caminho para a Universidade que sempre quisemos construir e temos a responsabilidade de trilhar os caminhos que viabilizem essa proposta que irrestritamente defendemos.

2. EM DEFESA DA ESTADUALIZAÇÃO

Nós, defensores do ensino público e gratuito, empunhamos até há bem pouco tempo o lema da Federalização da PUC/SP. Isso se explica porque, de fato, o governo federal tem mantido majoritariamente, a rede pública de 3.º grau. No entanto, essa tendência histórica não é nem necessária e nem a melhor; haja vista, que no Estado de São Paulo, em todos graus, a esfera federal nunca teve presença significativa; ao contrário, sempre foi reduzidíssima. Isso se deve às condições privilegiadas desse estado em comparação aos outros. A isso se

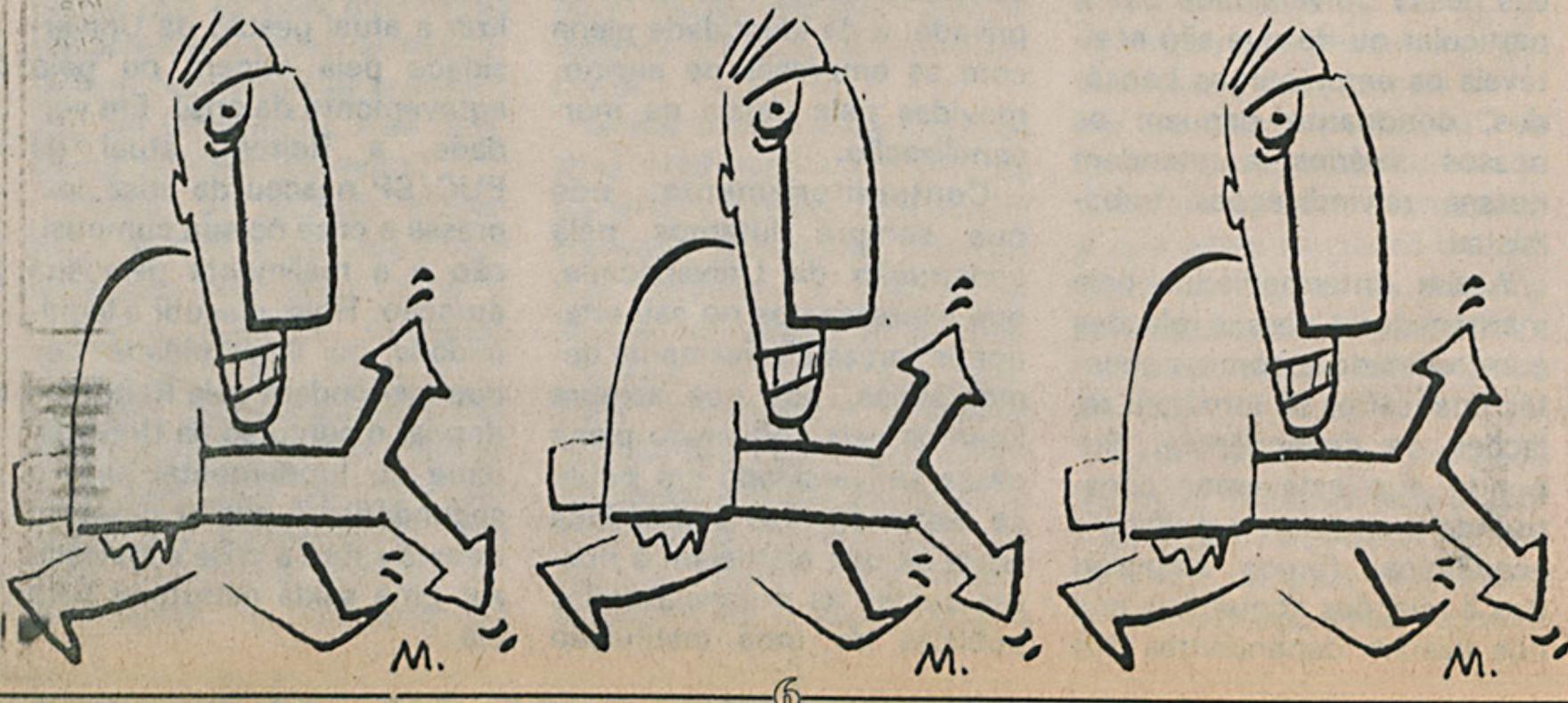
deve, também, que aqui se tenha a maior rede pública de ensino em todos os graus; com todas as precariedades que marcam, em especial, a rede de 1.º e 2.º graus, é a que apresenta os melhores traços qualitativos (o que não pode ser posto em questão no que tange ao 3.º grau). Esse quadro educacional de São Paulo pode não servir, e talvez não deva mesmo servir de modelo a outros estados, mas sustenta de modo inequívoco, para o próprio Estado de São Paulo a defesa da ampliação da sua rede pública, porque isso tem se revelado o melhor e o mais acertado, do ponto de vista social e educacional.

Mas, essa razão de caráter mais sistêmico e que não nega o lema da Federalização, mas privilegia o da Estadualização, não foi a única que nos levou a empunhar esse novo lema. Razões de conjuntura que impuseram:

1) ausência de sinais que indiquem na direção de uma disponibilidade para a ampliação da rede federal de 3.º grau; muito ao contrário, os sinais são negativos;

2) no âmbito estadual presença de sinais positivos quanto as possibilidades de ampliação do ensino de 3.º grau.

É claro que esses sinais positivos não representam a prontidão do Governo estadual para a Estadualização da PUC/SP. Representam, sim, sinais de disponibilidade na esfera do Executivo e do Legisla-



porã' duba

tivo para trabalhar a favor e criar as condições de viabilização da Estadualização por nós defendida.

Mais do que isso, dois elementos confirmam as possibilidades captadas nas instâncias referidas:

a) o interesse explícito do Reitor da UNESP (e Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais de São Paulo) em dispor condições para a encampação da PUC-SP como um todo; b) a necessidade objetiva da UNESP de expandir-se e implantar-se na capital do Estado. Por si só, esses dois aspectos facilitam a colocação da estadualização para o Governo do Estado.

3. TERMOS PRELIMINARES PARA A ESTADUALIZAÇÃO DA PUC/SP

3.1 — Que a PUC/SP seja incorporada como um todo à rede pública estadual de 3º grau;



3.2 — Que as atividades que hoje se desenvolvem na PUC/SP sejam completadas, respeitados os direitos adquiridos, caso haja proposta de alteração substantiva em algumas dessas atividades.

3.3 — Que os trâmites para a transição de uma mantenedora privada ao Estado sejam realizados mediante acordos que viabilizem a sustentação da Instituição;

3.4 — Que as etapas de transição bem como os redimensionamentos acadêmicos-administrativos sejam definidos em um projeto que contemple uma concepção de Universidade científica, social e educacionalmente relevante.

Resolução sobre a Estadualização da PUC/SP

1. A crise da PUC/SP é estrutural e suas raízes estão no seu caráter privado. Atualmente, o impasse financeiro e a desagregação da Universidade chegaram ao seu limite máximo. Portanto, a solução também deve ser de caráter estrutural.

2. A transformação da PUC/SP em uma Universidade pública e gratuita preenche esta necessidade. De um lado, resolve a sua contradição básica de escola particular com pretensão não-mercantilista e evita a saída privatista para a crise; de outro, desenvolve as condições de defesa da ampliação da rede pública de 3º grau.

3. A estadualização é a via que apresenta as melhores condições conjunturais para a organização de amplo movimento de defesa da sua concretização. Dois elementos confirmam esta constatação:

a) o interesse explícito do Reitor da UNESP em dispor condições para a encampação da PUC/SP como um todo.

b) a necessidade objetiva da UNESP de se expandir e se implantar na Capital do Estado. Por si só, esses dois aspectos facilitam a defesa da estadualização junto ao Governo do Estado.

4. A estadualização em si mesma não é a solução definitiva, mas será o primeiro passo determinante no sentido progressivo da superação da crise da PUC/SP. Isto porque a luta pela elevação da qualidade de ensino e ampliação da democracia na Universidade está colocada também no quadro das escolas públicas. Entretanto, como passo inicial, a estadualização da PUC/SP é decisiva para a defesa real da educação e da sua democratização, ao contrário da mercantilização e do subsídio go-

vernamental para a escola privada.

5. A estadualização da PUC/SP será o resultado de uma profunda mobilização dos seus três setores: estudantes, professores e funcionários. Em torno dela, coloca-se a necessidade de organização de uma **campanha política**, interna e externa, envolvendo entidade de classe, partidos, personalidades democráticas e, fundamente, a população.

6. Feita a escolha e proposta de estadualização, caberá ao movimento estruturar suas instâncias organizativas de campanha, como os comitês de mobilização, divulgação, etc. Uma das instâncias essenciais a ser organizada é a comissão de encaminhamento da proposta junto à UNESP e ao governo, devendo estar subordinada às decisões do movimento e ligada à coordenação deste.

**Não se esqueça: Dias 9, 10 e 11
Votação das propostas**

Publicização: Fundação Mista

Luiz Eduardo W. Wanderley

A PUC-SP tornou-se uma alternativa cultural e educacional, principalmente por se constituir num espaço de liberdade criadora, acadêmico e político, em tempos difíceis. Hoje, ela esbarra em limites estruturais e institucionais, numa conjuntura de crise nacional com efeitos no campo educacional. As soluções envolvem a interligação de fatores externos e internos.

Neste momento desafiante, em que a comunidade universitária está analisando o futuro da instituição e seus modelos de organização, estou propondo caminhos de publicização sem estatização, já que o modelo de ensino particular e pago nos moldes atuais está se exaurindo.

A temática sobre o público e estatal é polêmica e requer, para as condições concretas do ensino em nosso País, análises bem fundamentadas e meios adequados para se evitar ambigüidades. Mesmo por-

que o debate está polarizado entre estatal-particular e está difícil rompê-lo.

Neste texto explícito, primeiramente, alguns pressupostos válidos para todas as esferas e em especial para o ensino superior, bem como determinados requisitos que, penso, dão substantividade ao caráter público de uma instituição universitária. Em seguida, coloco os elementos que habilitam a PUC de São Paulo a ser uma entidade pública não-estatal.

Defendo o ensino público e gratuito em todos os níveis e me oponho à privatização do ensino superior, acelerada pela reforma de 68. Critico a política de descompromisso do Estado com o ensino público, cujo sinal mais visível é a insuficiência de verbas destinadas à sua adequada manutenção e expansão. Penso que é preciso uma revisão do próprio sistema estatal, concordando com Velloso quando diz que "a política de orçamento —

ficção do regime autoritário contribui para reforçar as relações de poder centralizadas na universidade federal", bem como "na cassação branca de sua autonomia". Abono a tese de que devem existir no País múltiplos sistemas de ensino, com liberdade na escolha de modelos, de formas organizacionais e jurídicas, de conteúdo de cursos e programas.

A nova Constituição deve garantir o princípio do ensino público e gratuito, bem como o da liberdade de ensino. O ideal seria estender a natureza pública também a outras esferas, tais como saúde, transporte, habitação etc. A dificuldade está em como adequar princípios, que se pretendem duradouros por longo tempo, com as condições concretas de desenvolvimento do ensino, como foi constituído no passado e se encontra no presente.

Após essas considerações iniciais, analiso a seguir aspectos da construção do público e

porã duba

limites postos ao estatal hoje em vigor para assegurar o caráter público.

O Estado, na formação social capitalista, precisa satisfazer a interesses conflitantes. Por sua própria natureza, ele privilegia aos setores dominantes e, em certos momentos, beneficia-os com exclusividade. Dependendo, contudo, da correlação de forças existentes na Sociedade Civil e do jogo de forças no interior dos aparelhos de Estado, ele tem de contentar, mais ou menos, aos setores dominados.

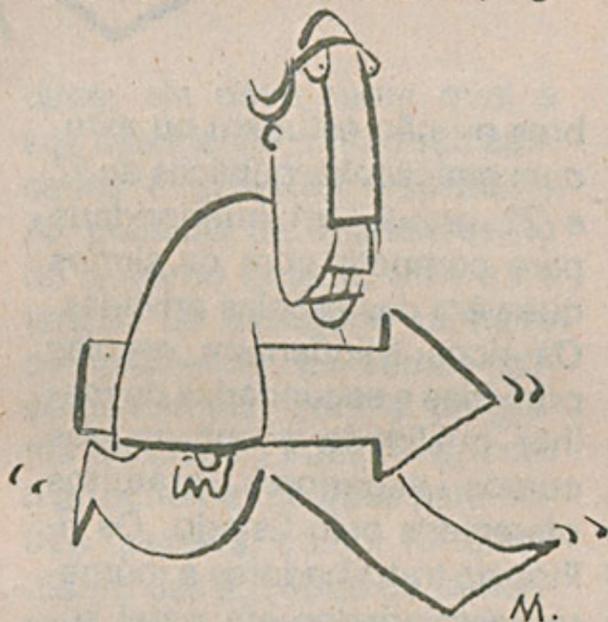
No caso brasileiro, como resultado do tipo de formação histórica da sociedade e do Estado, ele se transformou num Estado Moloch, com fortes traços autoritários e privatistas, tutelador da sociedade civil, concentracionário, perdendo muito do caráter público. Para mudá-lo, faz-se necessário a democratização do Estado que será conseqüência da democratização da sociedade civil: E não apenas pela afirmação da democracia liberal ou neoliberal, mas pela consolidação de uma efetiva democracia social. A nova Constituição, mesmo com as dificuldades da Constituinte, terá de assegurar as liberdades fundamentais com garantias adequadas para todos, de reorganizar a estrutura dos três poderes e as competências da união, dos estados e dos municípios, reformar o sistema tributário, reorganizar a ordem econômica e social de modo a rever o sentido da propriedade, a eliminar as desigualdades sociais e as disparidades regionais.

Outro ponto importante diz respeito à necessidade de desestatizar o pensamento e a prática dos intelectuais. Por força da nossa dependência cultural, da debilidade das instituições civis e dos partidos políticos ("onde o Estado é tudo e a Sociedade Civil não é nada", na conhecida expressão gramsciana), os intelectuais são "assimilados" para a

defesa dos interesses dominantes e giram em torno do Estado. Prevalece para eles o que um autor denominou de "intimismo à sombra do poder", cujos pressupostos são a cultura ornamental, a desvertebração da Sociedade Civil e sua cooptação pelo establishment.

Conicionados por essas injunções históricas, as soluções para quase todos os problemas são buscadas prioritariamente ou exclusivamente no Estado, sem qualificar que Estado é este, sem apontar mecanismos que tornem as organizações estatais efetivamente públicas.

Apesar dessas determinações, o Estado brasileiro, com seu concentracionismo, gi-



gantismo e intervencionismo em todas as esferas da sociedade não é um bloco homogêneo. Ignorar sua força é irrealismo. Inclusive porque ele tem sido pressionado por forças sociais e políticas a democratizar-se. Atuar nele e com ele é uma necessidade, sempre porém que o objetivo e a prática sejam para democratizá-lo internamente, robustecendo a sociedade civil.

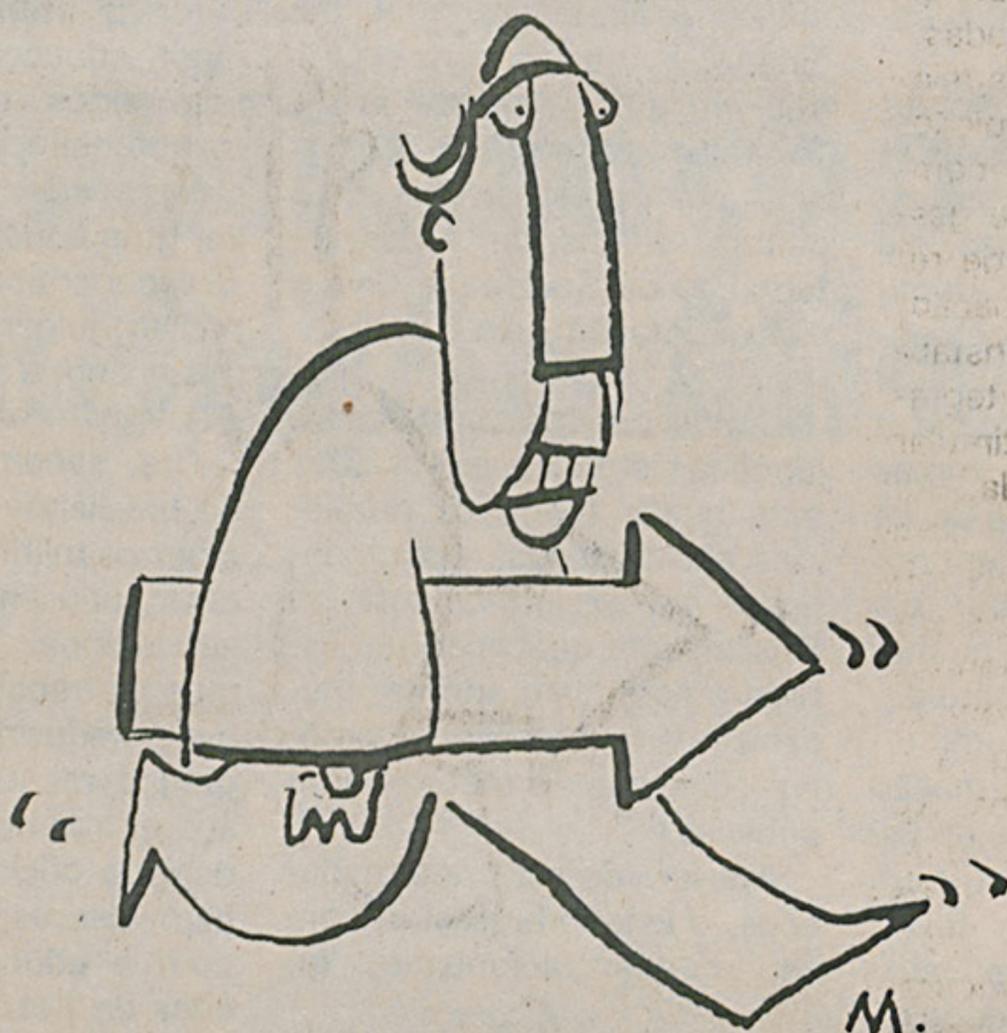
Um regime sócio-econômico-político para ser seguramente público necessita estar assentado numa democracia social real. Estamos longe disto, mas existem possibilidades concretas de acelerar mudanças institucionais nessa direção, orientando a Constituinte para o reordenamento da Nação em bases sólidas e permanentes.

Um sistema educacional de natureza pública tem de garantir educação fundamental para todos, no acesso e na manutenção, com qualidade comprovada. Deve desenvolver uma educação que produza saber crítico, capacidade de pensar, julgar e agir, compromisso com a realidade social e sua transformação.

Ora, sabemos que milhões de brasileiros são analfabetos e outros milhões, em idade escolar, não entram no sistema educacional. Se considerarmos os trabalhadores, um número reduzido termina o 1º grau e menor ainda ascende aos outros níveis. A qualidade da rede oficial foi prejudicada pelo descaso governamental com a educação. As condições de trabalho dos servidores e professores, em todos os níveis, mas principalmente nos primeiros, estão em situação de precariedade e os salários erodidos. Em certas universidades estatais abriu-se um processo de privatização interna com a criação das fundações, uso de verbas públicas para colher benefícios privados com parte dos professores fazendo apenas "bico" na docência, convênios privados favorecendo alguns departamentos.

Partindo do pressuposto que a educação é um direito do cidadão, deveria haver oportunidade de escola pública e gratuita para todos. A luta tem uma conseqüência que é a de obter os meios e recursos para tal desiderato, nas condições concretas de hoje.

Incapaz de atender a crescente demanda por ensino superior no passado, as autoridades governamentais elaboraram a reforma universitária de 1968, que compreendia as instituições escolares como empresas, ademais de estimular a privatização acelerada e sem controle. Criaram-se as escolas de fim de semana, com baixa qualidade, muitas das quais se expandiram e receberam premiação até de es-



tatuto universitário. Um pesadelo que continua crescendo. Nesse processo, sobreviveram umas poucas instituições com história positiva em suas comunidades e conceituadas em setores expressivos. Várias delas se aproveitaram das condições favoráveis e também se expandiram sem planejamento. A crise econômica do País e a política do MEC afetaram-nas a ponto de colocar em risco sua sobrevivência. Poderão elas se tornarem públicas?

REQUISITOS PARA QUE UMA INSTITUIÇÃO UNIVERSITÁRIA CUMPRA SUA FUNÇÃO PÚBLICA

A garantia maior desses requisitos será dada pelo reordenamento constitucional. No sistema público de ensino atual, é possível eliminar a tutela do Estado? Existem condições para que um número limitado de particulares realizem as mudanças estruturais que as direcionem a uma efetiva publicização? Na seqüência, exponho os requisitos básicos.

1. A democratização do acesso, que implica em reverter o quadro de desigualdade social nas oportunidades de educação a todos os jovens. Os po-

bres ou não estudam ou estudam em escolas públicas de 1.º e 2.º graus, em inferioridade para competir com os alunos que vêm das escolas privadas. Os ricos freqüentam escolas primárias e secundárias de melhor qualidade e entram nos cursos superiores gratuitos oferecidos pelo Estado. Os filhos de trabalhadores e inúmeros assalariados em geral somente com esforços heróicos conseguem obter os recursos para pagar mensalidades em instituições particulares de ensino superior que oferecem, na maioria dos casos, educação de baixíssima qualidade e a preços elevados.

Neste âmbito, a prioridade máxima está na destinação de recursos para o ensino básico, hoje abandonado, expandindo-o e qualificando-o. Uma medida no âmbito universitário viria de alterações no vestibular, segundo estudos em andamento, para que os alunos pobres tivessem oportunidade de chegar ao ensino superior e manter-se nele, com sistemas de aferição de mérito adequados.

2. A competência adquirida na produção e difusão do co-

nhecimento. Competência com compromisso social. Concordando com o documento da SBPC, apresentado à Subcomissão própria da Constituinte: "O desenvolvimento científico e tecnológico deve ser norteado pelos seguintes princípios: proporcionar condições necessárias para que o desenvolvimento econômico e social se faça de forma autônoma, de tal modo que se possa superar a dependência tecnológica do país e alcançar a melhoria das condições de vida da população. Propiciar garantias efetivas à autonomia da pesquisa científica. Reconhecer a importância da pesquisa básica, que não pode sofrer interferências estranhas no seu meio e só se orientar pela busca de conhecimentos desinteressados. Reconhecer também que a pesquisa aplicada deve refletir o compromisso de buscar soluções para os problemas nacionais, regionais, e locais". Para concretizar estes princípios, faz-se indispensável realizar uma avaliação institucional com a finalidade explícita da melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão.

O que requer a valorização dos recursos humanos e condições de material apropriadas.

3. A democratização das relações de poder na instituição. A democracia interna compreende mecanismos de gestão e governo, formas de representação e participação, funções decisórias de instâncias colegiadas e sua integração. É um meio para estimular a competência desejada. As eleições para chefias, com destaque para o cargo de reitor, estão se processando em todo o País. Constituíram-se em passo efetivo para romper o autoritarismo reinante e o verticalismo das decisões. No entanto, são uma etapa de algo que deve ser muito mais amadurecido. Por um lado, não se pode cair no democratismo (assembleísmo, basismo, voluntarismo, entre outros ismos) que contraria os próprios objetivos que se pretende alcançar. Tem havido superposições entre o movimento sindical e a estrutura acadêmica que não tem favorecido, em muitos casos, a democratização desejada. Por outro lado, as eleições sozinhas não garantem a democratização. São requeridas medidas complementares, tais como, sistemas de comunicação e informação que facilitem a integração de setores e coordenação de instâncias, bem como a transparência das atividades. Participação ativa em todos os momentos da vida universitária: nas salas de aula, nas associações etc. Representação legítima e prestação de contas aos representados. Modalidades de participação de cada segmento, prevalecendo a tese de que se as competências são diferenciadas a participação deva ser diferenciada, e os docentes, pela natureza mesma da instituição, têm um papel de destaque e de responsabilidade na condução do ensino e da pesquisa.

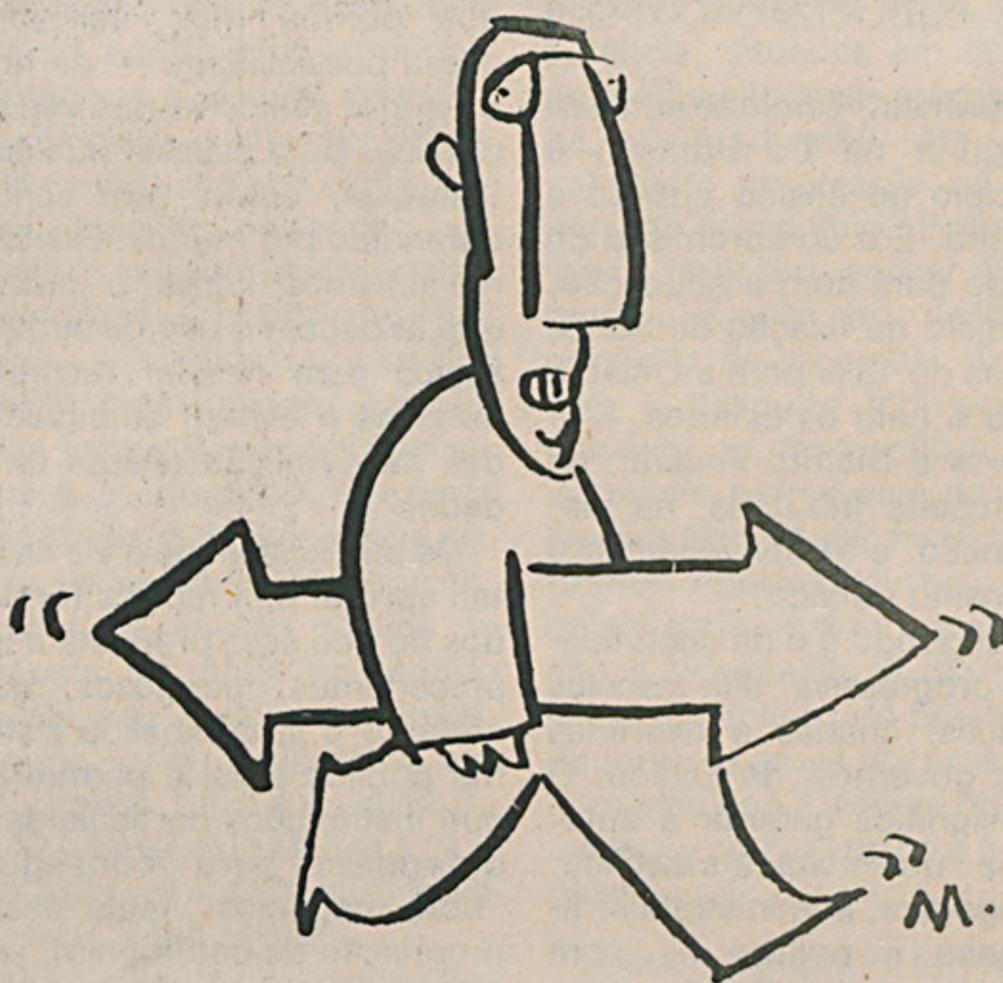
4. O controle dos recursos. Se os recursos vêm da socie-

dade, ela deve saber qual a sua destinação, como são aplicados e quais os resultados. As políticas de financiamento do governo federal, com a intenção de assegurar dinheiro complementar às verbas governamentais, com o programa de crédito educativo, com o arrocho de recursos para outros custeios, com o fortalecimento das agências de fomento para investigações implementadas fora da universidade, foram medidas que tiveram por resultado, ora criar facilidades para algumas instituições privadas, ora constranger instituições estatais. Velloso aponta que "os processos e as decisões quanto à destinação de recursos dentro da instituição, apesar de sua importância para a democratização da vida universitária, raramente foram objeto de reflexão e ação das AD's". Neste ponto, há que se avançar muito, inovando e aprofundando os meios e mecanismos adequados para que a sociedade em geral e as comunidades internas em particular possam controlar e fiscalizar os recursos.

5. Finalidade da Instituição. Uma tese distingue a natureza de uma instituição pública e

privada pelos fins lucrativos ou não. Ela precisa ser bem entendida para evitar ambigüidades e deve ser completada com os requisitos antes citados.

"Na determinação da distinção entre instituição pública e privada, o fundamental, (...) não é questão da propriedade jurídica, mas o fato das unidades de ensino determinarem-se ou não como empresas capitalistas, ou seja, regerem-se ou não pela lógica da acumulação de capital. Desta forma, todas as instituições de ensino de propriedade estatal e algumas de direito privado que não estão voltadas à obtenção do lucro, pertencem ao setor público. Deve-se registrar que a rentabilidade destas instituições, quando existentes, deve-se à necessidade de reprodução ampliada das mesmas como empreendimento não-capitalista. O setor privado, por outro lado, abrange as instituições que organizam suas unidades de ensino, pesquisa e extensão cultural com a finalidade de obtenção de lucro e de acumulação de capital" (Carlos Benedito Martins).



CAMINHOS DA PUBLICIZAÇÃO

O primeiro caminho está em assegurar na Constituição o princípio do ensino público e gratuito. E o compromisso do Estado para com a educação, por meio de fixação de nunca menos de 13% para a União e de 25% para os Estados, Municípios e Distrito Federal, de sua receita tributária, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.

O segundo é o da destutelação progressiva das escolas públicas, criadas e mantidas pelos governos, do Estado. O que significa garantir a autonomia universitária-científica, pedagógica, administrativa, financeira e política — com controles adequados da sociedade. É preciso rever as estruturas do MEC e dos Conselhos de Educação (Federal, Estaduais e Municipais) no sentido de sua democratização e de não interferência na vida das instituições.

O terceiro passa por uma avaliação institucional (auto-avaliação e avaliação externa) das instituições de ensino superior públicas e gratuitas, que corrija distorções, potencialize seu desenvolvimento e assegure o cumprimento de sua função pública.

O quarto seria o da criação de um sistema de ensino educacional que não fosse destinado exclusivamente ao ensino superior como hoje está montado, permitindo aos alunos uma formação ampla para se integrar na sociedade e no sistema produtivo de forma a executar tarefas gratificantes e com remuneração adequada (análogo ao que existe em outros países do mundo ocidental).

O quinto é o da transformação de umas poucas instituições de ensino particulares em instituições públicas não estatais. O que implica em mudanças institucionais em suas formas atuais de organização e de estatuto jurídico. E implica

também na discussão — um dos pontos mais delicados dessa possibilidade — de tirar o caráter exclusivo das verbas públicas para escolas públicas (estatais), como vem sendo defendido por muitos. Existem mecanismos legais e outros que impeçam o uso de subterfúgios para desviar recursos públicos e evitem ambigüidades na definição dessas entidades?

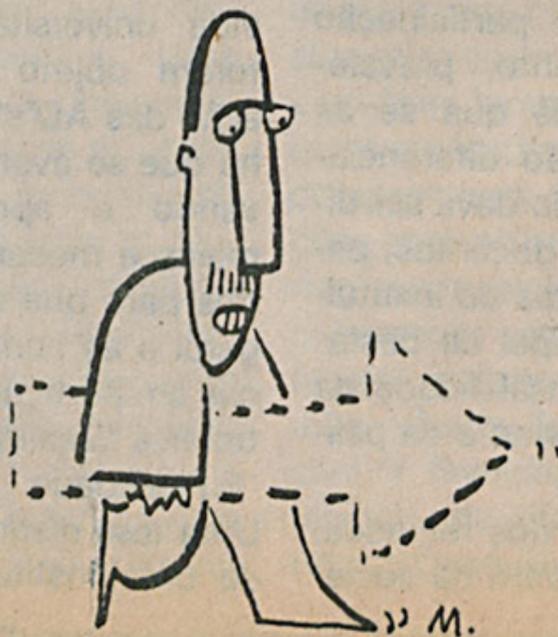
Os publicistas (pela via estatal) apresentam receios fundados de que essa proposta abra precedentes perigosos, que afetarão o já combalido sistema público atual e permitirão que instituições particulares defendam para conseguir "bons negócios" (pela desapropriação de patrimônio), para carrear recursos para mantenedoras (confessionais e outras), para salvar da crise financeira entidades sem qualificações mínimas de ensino. Argumentam que vivemos num Estado cartorial e clientelístico no qual certas pressões políticas tornam-se irresistíveis. Por conseguinte, as instituições particulares pretendentes a adquirirem o estatuto de públicas não estatais, sempre arranjarão um estratagema para se habilitarem, para burlar a lei, mesmo porque inexistente fiscalização dos poderes públicos que seja eficiente e convincente.

São receios e argumentos válidos, mas que não impedem de pensar alternativas e buscar criar mecanismos adequados e seguros que evitem distorções e arranjos. Vou

apontar alguns deles.

Só poderiam ser habilitadas instituições que demonstrassem possuir os requisitos de mérito, já enunciados, e outros legais. Para isto, como já foi indicado, há necessidade de mudanças nos estatutos das mantenedoras e das instituições de ensino. Deveria constar explicitamente nas exigências o impedimento de que as verbas públicas recebidas pudessem ser destinadas para patrimônio, para pagamento de diretores, para formas disfarçadas de lucros ou vantagens. Outras condições adicionais direcionadas a assegurar a qualidade: a) existência de carreira de magistério; b) existência de pós-graduação com conceituação comprovada (utilizar a classificação da CAPES, por exemplo); c) existência de um número mínimo de titulados nos quadros docentes; d) existência de uma porcentagem definida para bolsas de estudo; f) existência de recursos para qualificação docente e dos cursos.

Um elemento chave está no controle e fiscalização por parte da sociedade civil e do Estado. Existem mecanismos diversificados. Dentro da comunidade universitária, criação de setores e colegiados que analisem e tracem as diretrizes econômico-financeiras, com participação de representantes dos três segmentos. Deles poderiam participar, sob formas convenientes, o próprio Curador de Fundações e representantes das atuais universidades públicas, bem como mem-



bros do setor científico (SBPC, agências de financiamento à pesquisa) e de setores sociais variados. O Tribunal de Contas deveria analisar a prestação de contas das verbas públicas recebidas.

Outro ponto em debate diz respeito às formas organizacionais e jurídicas que as atuais mantenedoras e instituições particulares deveriam assumir. Elas implicam em alterações quanto à natureza, ao funcionamento, à filosofia, à gestão democrática.

Uma fórmula não exclusiva mas possível é da fundação mista, composta de representantes da comunidade universitária — externa e interna — da sociedade civil, do Estado e das atuais mantenedoras. O número de membros é fundamental para assegurar um funcionamento eficiente, bem como atentar para a renovação dos quadros evitando-se criar turbulências. Experiências existentes mostram que a composição inicial dos Conselhos é chave para a orientação a ser seguida.

A dificuldade cresce quando o motivo for determinar as obrigações econômico-financeiras de cada parte. Entre outras possibilidades: a) as mantenedoras poderiam entrar com seus patrimônios e outros eventuais recursos; b) a comunidade interna teria de contar por algum tempo com um pagamento dos alunos (almejando uma gratuidade progressi-

va e/ou formas de pagamento diferenciadas segundo o nível econômico dos alunos); c) o Estado contribuiria com porcentagens a serem definidas caso a caso; e, d) a sociedade civil contribuiria sob várias formas (doações, bolsas etc.).

Neste sentido, é importante sensibilizar a sociedade civil, desde ex-alunos, comunidades confessionais até a sociedade em geral para destinar recursos à educação. Da parte do Estado, duas iniciativas podem estimular a colaboração. Uma é da revisão política do imposto de renda no sentido de permitir descontos significativos para aplicações em educação. Outra é da elaboração de nova lei, análoga à "Lei Sarney para a Cultura", favorecendo a educação.

Com relação à orientação, no caso de instituições de ensino superior é da sua natureza o pluralismo do pensamento e a autonomia universitária contra ingerências externas de qualquer ordem. Nas instituições confessionais, tem-se defendido a necessidade de um diálogo institucionalizado das ciências, das técnicas e das artes com a filosofia e a teologia.

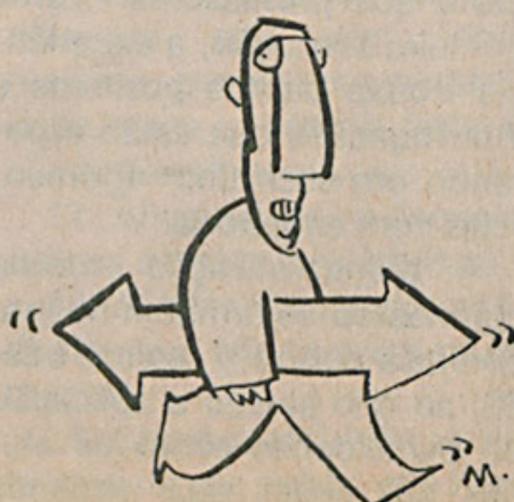
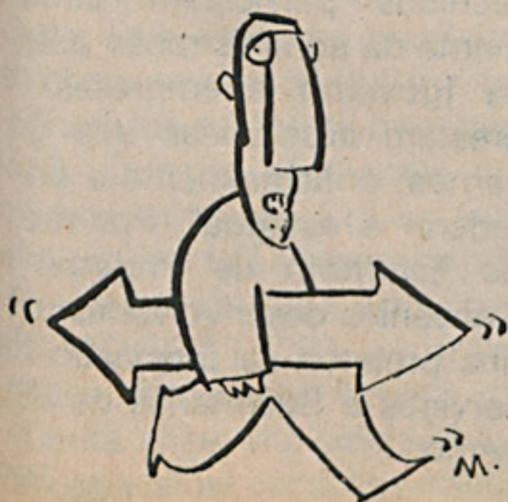
A PUC — SP E A PUBLICIZAÇÃO

Por que defendo que a PUC de São Paulo habilite-se a apresentar esta proposta? Na linha do que já foi apontado, assinalo:

1. Competência. Contamos em nossos quadros com professores de reconhecida competência, situados em cursos de graduação e em programas de pós-graduação. Há uma constante progressão na carreira de magistério. Estimulamos a titulação, apesar de estarmos aquém do desejado por falta de recursos. Apoiamos a pesquisa individual e coletiva, na graduação e com expansão progressiva na pós-graduação. Várias faculdades fizeram reformas curriculares, objetivando melhor qualificação e adequação à realidade social. A política de prestação de serviços passa por uma reorientação que a integre organicamente com o ensino e a pesquisa.

A competência foi reforçada com a luta pela autonomia universitária que nos permitiu inovar na estruturação acadêmica, na composição de órgãos deliberativos, que permitiu acolher professores cassados das universidades estatais, e assegurou ampla liberdade de opinião em todas as atividades, sem nenhuma interferência externa ou das direções sobre orientações doutrinárias e filosóficas de professores e cursos.

2. Democratização do acesso. Tem aumentado, nos últimos anos, o número de alunos assalariados ou filhos de trabalhadores na instituição, alterando o perfil do alunado.



porã' duba

Considerando esta situação e a necessidade de maior democratização no acesso, estão em andamento estudos sobre o nosso vestibular.

3. Avanços no processo de democratização. O processo foi iniciado pela atuação decidida dos docentes, dos estudantes e, num segundo momento, dos funcionários, e implementado paulatinamente, com destaque para a atuação das suas associações. Ele passou inicialmente pela participação conjunta de docentes e discentes em alguns cursos e departamentos e foi crescendo até a eleição do reitor em 1980. O grão-chanceler, D. Paulo Evaristo Arns, teve papel importante no processo ao solicitar da comunidade ampla consulta, objetivada em eleição. Na seqüência, admitiu-se também eleições para chefias de departamentos, faculdades e centros, sempre com a nomeação dos mais votados. Houve uma segunda eleição para reitor em 1984.

Uma comissão constituinte formada de representantes dos três segmentos elaborou um novo Estatuto que, entre outras coisas, procurou garantir esse mecanismo e inovar na representação e na participação nos Colegiados Superiores. Em fins de 1985, antecipando a normatização estatutária, iniciou-se uma experiência paritária (gestão de professores, alunos e funcionários) nesses colegiados. Ela era ousada e arriscada, tendo em vista o mérito da proposta em si, a falta de padrões análogos em outras instituições nacionais e as resistências de boa parte dos professores. Numa primeira avaliação, a experiência trouxe pontos positivos e interrogações que estão esperando um escrutínio rigoroso, feito com sabedoria.

A democratização interna manifestou-se também na luta corajosa contra o regime pós-68, ao não aceitar a aplicação de penalidades sobre os alunos, ao ceder seus espaços



para reuniões de movimentos populares e liberais democratizadores, ao permitir a realização da Reunião Anual da SBPC (1979) e da UNE (1977). Essa posição libertadora, inerente à sua missão de autonomia e liberdade cultural e política, lhe valeu a oposição das autoridades governamentais e educacionais, com os efeitos conhecidos (invasão do campus, pressões políticas, incêndio de parte do TUCA).

4. O controle de recursos foi desenvolvido pela política de implementar orçamentos-programa para as unidades acadêmicas, cujas diretrizes econômico-financeiras são analisadas e elaboradas por um órgão colegiado constituído de membros dos três segmentos (Conselho de Administração e Finanças), que tem acesso a todas as informações necessárias.

5. Atividades que direcionam para a função pública. A PUC-SP forma normalmente professores que vão trabalhar na rede pública, e vem preparando mestres e doutores para o sistema público estatal de todo o País (universidades e institutos isolados federais, estaduais, e municipais). Alguns programas de pós-graduação, em determinados estados foram constituídos com professores formados em nossa Universidade, na totalidade ou em boa parte dos quadros constitutivos. Nessa perspectiva, tem havido também preparação de professores para o 1.º e 2.º graus, por meio de cursos de extensão, especialização e aperfeiçoamento. Diversos docentes, pesquisadores e técnicos participam diretamente da administração pública (governo e empresas) e prestam assessorias aos governos, principalmente a nível federal e estadual. Por meio do Escritório de Projetos e Convênios desenvolvemos vários projetos de prestação de serviços a Secretarias de Governo.

maio/87

Em Defesa da Fundação Mista

Ruy César do Espírito Santo

Aos companheiros que como nós de alguma forma estão ligados aos destinos da PUC/SP, que em tanto se assemelha ao destino do próprio país, pretendemos apresentar alguns pontos para uma reflexão comum:

1. Os inúmeros companheiros de diretoria da APROPUC e outros que a eles se juntam, neste momento vêm se desdobrando no sentido de buscar os melhores caminhos para todos que aqui trabalham e estudam;

2. Em primeiro lugar, acreditamos que todos desejam um Estado que torne Saúde e Educação prioridades absolutas e que todos os brasileiros tenham acesso gratuito a tais benefícios de forma integral;

3. Quando afirmamos que somos favoráveis a que o Estado assumam tais responsabilidades, referimo-nos a um Estado DEMOCRÁTICO!, porém, nossa história nos últimos cinquenta anos tem sido pródiga em revelar as exceções impos-

tas à democracia;

4. Em artigo recente publicado na Folha de São Paulo o professor - hoje deputado constituinte - Florestan Fernandes, afirmou que o último regime militar o afastou da USP onde lecionava e somente na PUC/SP pôde continuar o exercício de suas atividades; o mesmo ocorreu com o atual ministro Celso Furtado;

5. Cremos, assim, na necessidade de mantermos uma instituição como a PUC/SP que possa sobreviver às pressões de um Estado que ainda tem muita luta pela frente, para se tornar efetivamente democrático;

6. Entendemos que há um longo caminho para chegarmos ao ideal pretendido;

7. De outro lado, acreditamos que a situação atual da PUC/SP não pode permanecer sem mudanças;

8. Impossível a atual situação, em que os salários dos professores são aviltados e os que aqui trabalham não conse-

guem receber em dia o que lhes é devido;

9. De outra parte, o aumento de anuidade para os alunos implicará na descaracterização da PUC/SP, que sempre se apresentou como uma Universidade voltada para os mais necessitados, buscando manter alto nível de ensino, sem qualquer finalidade lucrativa e sem concessões políticas;

10. Era imaginável que chegássemos ao impasse hoje vivido;

11. Sim, pretender a manutenção de baixas anuidades, com alto padrão de ensino, sem auxílio de verbas públicas é uma situação de desafio permanente, que vem sendo mantida, porém sem possibilidade nesta undécima hora de encontrar alternativas;

12. Aí vem a greve daqueles que se sentem insatisfeitos;

13. Aí vem a greve dos estudantes que não querem os aumentos;

14. Como fazer? Não se trata aqui de um patrão que man-



da para o exterior os lucros e nega a participação aos operários;

15. A situação é outra;

16. A defesa da estatização pura e simples (seja estadualização ou federalização) esbarará, não só no problema político já referido da manutenção de um espaço verdadeiramente livre, sem perda de nossa identidade, como também em impasses jurídicos de difícil contorno;

17. Assim é que o patrimônio da PUC/SP pertence à Fundação São Paulo, ou seja à Igreja, e portanto não vemos como o Estado poderia pagar o preço hoje de tal patrimônio através de desapropriação nem imaginamos que o problema político daí decorrente pudesse ter contorno!

18. Evidente que seria mais simples para o Estado "criar" uma segunda USP num novo "campus" do que desapropriar bens da Igreja!

19. Tais dificuldades já observadas nas crises anteriores levaram-nos a buscar outras soluções que resultaram na proposta da Fundação Mista, à semelhança da Fundação Anchieta;

20. As premissas da Fundação são as seguintes:

a) a disposição da Fundação São Paulo em ceder o patrimônio para outra fundação que contaria com a participação do Estado.

b) a disposição (ao menos em parte) do poder político atual em perceber a importância da PUC/SP na redemocratização do país e constatar que

a única saída neste momento é participar, de alguma forma, de um projeto que vise sua salvação;

c) não se trataria de buscar recursos públicos para iniciativa "privada", mas, de viabilizar a continuidade de um ensino público existente na PUC/SP;

21. A última das premissas é muito importante de ser compreendida porque somos também inteiramente contrários a que se definam verbas públicas para Entidades de fins lucrativos como são tantas instituições de ensino de terceiro grau neste país;

22. Entendemos porém que o projeto PUC/SP atende hoje mais que a USP a classe média baixa! É notório que o acesso



à USP é hoje privilégio de quem pode pagar as melhores escolas de segundo grau;

23. De outra parte as verbas que o Estado emprestaria de forma permanente para manter uma nova Fundação a ser criada neste momento seria fiscalizada pelo próprio Estado, seja pelo Ministério Público através da Curadoria de Fundações, seja pelo Tribunal de Contas;

24. De outra parte, o Conselho Superior da nova Fundação contaria com membros da sociedade civil, do Estado, da Igreja e de nossa própria comunidade, de forma a assegurar o espaço democrático pelo qual até aqui temos lutado;

25. Entendemos mais, que vencida a primeira etapa de restaurar o desgastado patri-

mônio físico da PUC/SP, as verbas estatais deferidas para a nova Fundação seriam dirigidas à crescente gratuidade ou menos a níveis menores possíveis de anuidade para os alunos;

26. Tudo o que está até aqui afirmado pode parecer utópico;

27. Será mesmo se não for assumido por todos nós;

28. Creio que chegou a hora de somarmos, alunos, funcionários e professores para levar a cabo a realização desta "utopia".

29. Entendemos que existe um mínimo de consciência dos governantes hoje, que pode se sensibilizar com o que está aqui afirmado;

30. A prova está na variada matéria que tem sido publicada nos jornais a respeito da PUC/SP e das saídas propostas para a crise;

31. Estão sendo feitos contatos com políticos porque se não iniciarmos tais procedimentos não conseguiremos qualquer solução para 1988, dada a realidade do orçamento público;

32. Assim, é urgente que a Comunidade se pronuncie de forma definitiva, através de plebiscito, tal como proposto na última Assembléia dos Professores, para que as autoridades possam sentir a unidade de nossa ação.

Terminamos apelando para que sejamos capazes de superarmos nossas divergências nesta hora e enfrentarmos juntos a luta pela emancipação da PUC/SP.

